

Na contramão do neoliberalismo: sem-terra e piqueteiros¹

Elieel Ribeiro Machado* - UEL

Poucas pesquisas acadêmicas, no âmbito das Ciências Sociais, procuram analisar os objetivos dos movimentos sócio-políticos relacionando-os com as formas como se organizam para lutar por esses objetivos; tampouco se propõem a observar se há incongruências política e ideológica entre ambos. De forma sumária, procuramos compreender o processo dialético entre os objetivos pelos quais se luta e as formas como se luta por eles, a partir da análise das “invenções democráticas” dos sem-terra e dos piqueteiros.

Em maior ou menor medida, alguns movimentos sociais nos anos 90 imprimiram derrotas políticas importantes à implementação do projeto neoliberal. Se levarmos em conta os três elementos que compõem a “ideologia popular”, ou seja, os elementos “inerentes”, “derivados” e as “circunstâncias históricas”, esses movimentos ampliaram suas bases de sustentação e empreenderam grandes mobilizações sociais, a despeito de toda a ofensiva política, ideológica e repressiva dos aparelhos policiais.² Contra eles, ainda atuaram exemplarmente os grandes meios de comunicação televisivos e impressos. Mesmo assim, vários setores populares foram ganhos para as suas causas. Esses foram capazes politicamente de engendrar as próprias circunstâncias que impulsionaram o crescimento de suas mobilizações, num momento em que os governantes, sob a égide ideológica do “pensamento único”, afirmavam o fim da luta de classes, dos movimentos sociais contestatórios, dos sindicatos, partidos etc. Ao lado dos discursos conservadores, forte repressão policial aos que teimavam em “fazer luta de classes”.

Sob o contexto da hegemonia neoliberal, esses movimentos sociais começaram a desmascarar os limites da democracia burguesa e as novas formas de dominação política e ideológica. Os sem-terra e os piqueteiros, ao se oporem à dominação democrático-

burguesa, apresentam, a partir de seus *espaços de luta e resistência*,³ formas políticas, sociais, ideológicas e econômicas distintas e superiores às sociedades capitalistas, mesmo as mais avançadas. A esse conjunto de práticas sociais dos sem-terra e dos piqueteiros denominamos “invenções democráticas”, expressão que tomamos de Lefort (1983), mas com um sentido diverso:⁴ referimo-nos às “invenções democráticas” dos movimentos sociais para designar formas de organização, de luta e de resistência à hegemonia burguesa. As classes populares nos embates políticos ao poder burguês engendram formas democráticas de organização, estabelecem padrões de comportamento social e político distintos das sociedades burguesas. O trabalho assume o caráter socializador e concreto, deixando de ser alienado e abstrato. Investem na formação política de seus militantes e praticam formas horizontais de decisão e de poder. Combatem os privilégios e defendem os princípios da igualdade e da solidariedade de classe. Enfim, reivindicam e praticam o internacionalismo de classe. As “invenções democráticas” devem ser compreendidas no contexto de dominação burguesa nos territórios nacionais.

A apropriação da política emancipadora pelos movimentos sociais possibilita que as relações sociais e de produção nos assentamentos do MST ou nos bairros populares dos piqueteiros ganhem novas dimensões políticas e ideológicas. A partir desses parâmetros discutimos em cada um dos movimentos as “invenções democráticas” de que são protagonistas.

MST: “ocupar, resistir e produzir”⁵

A luta pela reforma agrária do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ultrapassa a distribuição de terra e tem se politizado bastante. Mesmo o proletariado puro não compondo a base social do MST, o movimento dá sinais da possibilidade de construção de uma sociedade socialista. Seus assentamentos têm se mostrado não somente “ilhas de resistência” ao neoliberalismo como também espaços reais de construção de novas relações sociais e de produção, mesmo sob a hegemonia burguesa. Trata-se, indiscutivelmente, de redutos populares de contra-hegemonia. Assim, a bandeira da reforma

agrária ganha atualidade política e ideológica: em primeiro lugar, ao imprimir-lhe uma identidade de classe popular contra a burguesia agrária; em segundo, ao apontar as contradições e limites do capitalismo; em terceiro, ao sinalizar formas de produção anticapitalistas, mesmo sob o domínio burguês; e, finalmente, ao universalizar a luta como potencialmente pertencente a todos os trabalhadores explorados e expropriados pelo capital.

Nos acampamentos do MST, normalmente submersos no calor da luta política mais imediata – polícia, justiça, jagunços etc. – os sem-terra praticamente vivem em estado permanente de assembléia. As discussões e avaliações políticas coletivas são muito importantes e visam garantir a permanência de todos no acampamento. Os sem-terra chegam a viver quatro anos embaixo da lona-preta e, sem dúvida alguma, é um exercício “pedagógico” fundamental para a formação política de cada um. Nesse período, crianças, adolescentes, homens, mulheres, idosos “fazem” política diuturnamente.⁶

Quando comparado aos acampamentos, os assentamentos apresentam um quadro político distinto. E, por isso, entendemos que os desafios do MST aumentam. Por se situarem em outro patamar da luta de classes, os assentamentos não vivem em estado de assembléia permanente e nem se encontram no calor da luta política mais imediata. Neles, os sem-terra vão plantar e colher aquilo que faz parte de suas reservas políticas e ideológicas, ou seja, o que entendem que seriam as relações de produção socialistas. Ao lado desse aspecto, um outro desafio se interpõe: a capacidade política de se manter vinculado ao movimento.⁷ Os assentamentos do movimento representam o seu maior desafio, visto que concretizam a possibilidade de “construção antecipada do socialismo”. Sob a hegemonia burguesa neoliberal, o desafio se torna ainda maior, porque o Estado, representando os interesses comuns das classes dominantes, procura inviabilizá-los. Como a luta não é apenas econômica, mas principalmente política e ideológica, o Estado conta com o apoio dos grandes meios de comunicação para isso.⁸

Os assentamentos do MST não são todos organizados da mesma maneira.⁹ Estes são, em linhas gerais, os aspectos político-ideológicos do MST nos assentamentos da

Fazenda Pirituba. Como sabemos, dada a dimensão territorial brasileira e a complexidade que assume a luta pela terra em cada região do país, não generalizamos essas observações.

As “invenções democráticas” no MST ou em qualquer outro movimento social não estão imunes às contradições próprias das sociedades capitalistas. Em um mesmo espaço político ou em uma mesma *fração territorial* convivem práticas democráticas e de inspiração socialista com formas políticas vinculadas à ideologia burguesa. No MST, o “novo” e o “velho” são disputados no mesmo espaço geográfico.¹⁰

“La Verón”: “trabajo, dignidad y cambio social”¹¹

Os chamados “cortes de ruta” ou “cortes de calle” se transformaram nas principais formas de protesto nos anos 90 ao lado das greves gerais. Nessa década, como sabemos, o índice de desemprego atingia a casa dos 30% em algumas regiões do país.

Consideramos os “cortes de ruta” ou “bloqueio de estradas” como uma das principais “invenções democráticas” dos movimentos piqueteiros: com um instrumento poderoso nas mãos, os piqueteiros passaram a criar novas subjetividades e novas relações de poder; as massas populares exercitam a contra-hegemonia nas ruas e nos bairros, e não mais exclusivamente nas fábricas; com isso, rechaçam a dominação burguesa, suas instituições repressivas, exigem do Estado políticas sociais voltadas aos seus interesses de classe. Os *piqueteiros* só podem ser pensados a partir de sua organização em movimentos sociais. Fora dos movimentos eles são desempregados. Por isso, admitimos que quando se organizam, criticam não apenas a relação capital-trabalho, mas também as condições que os subjugam quando estão “fora” dela.¹²

Entre os diversos movimentos piqueteiros, identificamos o “La Verón” (Movimiento de Trabajadores Desocupados “Aníbal Verón”) como aquele que se diferencia dos demais e que, por isso mesmo, priorizamos em nossas análises.¹³

“La Verón” procura antecipar a “construção do socialismo” em suas bases de resistência, nos locais onde vivem, em seus bairros. Para eles, a “democracia de base” é

mais ampla que a “horizontalidade”: “Reafirmando la idea de igualdad, define una concepción de organización que ‘armoniza’ las decisiones de base con el funcionamiento de una estructura organizativa que naturalmente toma forma en la medida en que crecen nuestros movimientos” (MTD “Aníbal Verón, 2003a, p. 3). Dada as características que assumiu, ou seja, agrega em torno de si mais de 15 MTD’s, é fácil reconhecer que se trata, portanto, de um “movimento de movimentos”. Em suas manifestações, principalmente nos “cortes de rutas”, chega a mobilizar quase dez mil pessoas. A horizontalidade, para os militantes de “La Verón”, pressupõe igualdade no acesso à informação, ao conhecimento e à formação política de todos.¹⁴

O desemprego em massa provocado pela reestruturação capitalista nos anos 90, juntamente com todo o processo de privatização das empresas estatais, obrigou os trabalhadores a voltarem para os bairros.¹⁵ Os piquetes, portanto, transferiram o eixo do conflito da fábrica para os bairros (MTD “Aníbal Verón”, 2003b, p. 149).¹⁶

Algumas conclusões preliminares

Os piqueteiros e os sem-terra parecem sinalizar que o centro da luta de classes é mais amplo que aquilo que, convencionalmente, o marxismo mais ortodoxo aponta como a contradição fundamental entre a burguesia e os assalariados puros. Os piqueteiros e os sem-terra se confrontam diretamente com a dominação do capital, mesmo se encontrando “fora” das relações de produção capitalista. Na prática, questionam o aparente paradoxo entre o “assalariado puro” que, em tese, deveria ser o protagonista da revolução e eles, o “exército industrial de reserva”, em tese “contra-revolucionários”, que se colocam à frente dos processos de transformação social. Ora, ao adquirirem identidade coletiva e lutarem pela transformação do capitalismo, assumem, como classe, o papel que, teoricamente, caberia aos trabalhadores diretamente ligados às relações sociais de produção capitalista.

Como os trabalhadores desempregados – caso dos piqueteiros – ou os “semi-assalariados”¹⁷ – caso dos sem-terra – não estão em condições subjetivas de tomar a dianteira do processo revolucionário – entre outros motivos porque perderam força política e

ideológica durante a implantação do projeto neoliberal –, os novos protagonistas, ao assumirem a tarefa da revolução, propõem novas formas para realizá-la. Ou seja, não estão sendo nos mesmos moldes até então conhecidos.

Esses “novos” sujeitos, potencialmente revolucionários, desafiam os ícones da democracia burguesa (liberdade, igualdade, fraternidade) e apresentam à sociedade suas “invenções democráticas”: democracia direta, decisões por assembléia, trabalho concreto e compartilhado, horizontalidade, igualdade de gênero, acesso à informação e à formação política a todos. Trata-se daquilo que arriscamos chamar de “construção antecipada do socialismo” em práticas aparentemente cotidianas, mas que sinalizam para mudanças mais profundas nas relações capitalistas.

Bibliografia consultada

CHAUÍ, M. Apresentando o livro de Lefort. In: LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COMPARATO, B. *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

COTARELO, M. C. La protesta en la Argentina de los '90. *Revista Herramienta: revista de debate y crítica marxista*, Buenos Aires, nº 12, p. 139-148, otoño 2000.

FERNANDES, B. M. *MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1999. (Geografia: teoria e realidade, 37).

GERMER, C. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

LEFORT, C. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MACHADO, E. R. *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*. São Paulo, 2004. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MAZZEO, M. *Piqueteros: notas para una tipologia*. (mimeo.), s/data.

MTD “Aníbal Verón” – MOVIMIENTO DE TRABAJADORES DESOCUPADOS “ANÍBAL VERÓN”. *Nuestra política para construir un presente y un futuro con trabajo, dignidad y cambio social*. (mimeo.), jun. 2003a.

MTD “Aníbal Verón” – MOVIMIENTO DE TRABAJADORES DESOCUPADOS “ANÍBAL VERÓN”. *Dario y Maxi, dignidad piquetera: el gobierno de Duhalde y la planificación criminal de la masacre del 26 de junio en Avellaneda*. Buenos Aires: 26 de junio, 2003b.

RUDÉ, G. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ZIBECHI, R. *La mirada horizontal: movimientos sociales y emancipación*. Montevideo: Nordam Comunidad, 1999.

¹ Este artigo é uma versão modificada e resumida de um dos capítulos de nossa tese de doutorado, intitulada *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*, conforme descrevemos na bibliografia. Devido aos limites de espaço, demos um caráter meramente expositivo ao texto, ou seja, não aprofundaremos as temáticas levantadas.

² Doutor em Ciências Sociais (Política) (PUC/SP), professor de C. Política da Universidade Estadual de Londrina (UEL), coordenador do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina) e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

³ Sobre isso, apoiamo-nos em Rudé, para quem a “ideologia do protesto popular” é constituída pela fusão de três elementos essenciais: um deles, “propriedade inerente das classes populares”, é o elemento “inerente”, tradicional, baseado na experiência direta, na tradição oral etc. O segundo, é o “derivado”, tomado de empréstimo de outros, como os Direitos do Homem, Soberania Popular etc. E o terceiro, são as “circunstâncias e experiências históricas”, que ocorrem como precipitadoras de processos revolucionários (Rudé, 1982, p. 25-33).

⁴ Expressão utilizada por Fernandes que designa o momento quando o MST “traz a público a sua situação ao ocupar uma propriedade – um latifúndio. Conquistar a terra, uma fração do território, e se territorializar é um modo eficaz de reação e demonstração da sua forma de organização” (1999, p. 238).

⁵ Lefort está preocupado em confrontar as virtudes da democracia sobre o totalitarismo. A democracia, em seu entendimento, é portadora de direitos ou da busca pelos direitos ainda não existentes: trata-se do direito a ter direitos. Segundo Chauí, referindo-se à iniciativa dele, “a democracia é invenção porque, longe de ser a mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua do estabelecido, a reinstalação permanente do social e do político. Como criação de direitos, como reconhecimento das divisões internas e das diferenças constitutivas do social e do político, a democracia abre para a história no sentido forte da palavra” (Chauí, 1983, p. 11). Entretanto, cabe lembrar que a democracia burguesa pode significar o inverso também: a retirada de direitos. Basta tomarmos o exemplo da Argentina na década de 90, quando, de um lado, o Estado patrocinou políticas favoráveis à “oligarquia financeira” e, de outro, ações que visaram suprimir direitos dos trabalhadores. Estes, por sua vez, empreenderam uma luta de **caráter defensivo** e de **signal negativo**, procurando evitar a perda de direitos conquistados há décadas. Portanto, as manifestações populares naquele país não se traduzem em lutas para a conquista de novos direitos, mas para evitar perdê-los e, nesse sentido, não empreendem uma luta de **signal positivo** (Cotarelo, 2000, p. 79).

⁶ Referirmo-nos à pesquisa realizada nos assentamentos da Fazenda Pirituba, localizada nas cidades de Itapeva e Itaberá, no interior do Estado de São Paulo.

⁷ Fora essas, as relações sociais nos acampamentos tendem a mudar: homens cozinham e cuidam das crianças enquanto as mulheres fazem a segurança; todos se inserem em algum setor (segurança, educação, saúde, higiene, alimentação, almoxarifado etc.) e, portanto, assumem alguma tarefa no acampamento; todos fazem curso de formação política; e as crianças e adultos são alfabetizados, normalmente pelo “método Paulo Freire”. Uma das principais lições dos acampamentos é a prática da solidariedade de classe e a distribuição coletiva do que recebem como doação. As principais refeições também são compartilhadas por todos. Não generalizamos estas observações, pois se referem à nossa visita a um acampamento do interior de São Paulo. É provável que em outras partes do país, devido às especificidades culturais, sociais, econômicas, políticas e ideológicas, algumas questões assumem mais importância que outras. Para efeito de esclarecimento, entre os anos de 2001 e 2003, visitamos o acampamento “Chico Mendes” (Jacareí – SP), o pré-assentamento Fazenda Santa Rita (São José dos Campos – SP) e dois assentamentos: Paranacity (PR) e Itapeva/Itaberá (SP), na Fazenda Pirituba. No assentamento da Fazenda Pirituba tivemos a oportunidade de realizar várias visitas em praticamente todas as suas seis áreas.

⁸ Uma das formas de vínculo é a presença quase constante de assentados prestando solidariedade, apoio e contribuindo para a organização dos acampamentos.

⁹ Segundo Comparato, “os documentos extraídos da imprensa (...) sugerem que haja uma concordância, em todos os veículos jornalísticos, no sentido de apresentar negativamente o MST” (2003, p. 119).

¹⁰ Com uma base social predominantemente constituída por “semi-assalariados”, os desafios do MST aumentam se imaginarmos uma cultura patriarcal, individualista e machista que muitos camponeses trazem consigo. Os riscos de não quererem trabalhar a terra de forma coletiva são constantes ou de preferirem o lote individual. Para isso, a vida coletiva nos acampamentos aliada à formação política do movimento são fundamentais para provocarem mudanças nas consciências conservadoras desses homens e mulheres. Nos acampamentos as práticas coletivas não envolvem a questão da propriedade privada, que se dará de fato no assentamento. Mas a forma de luta coletiva para a conquistar a terra tem um efeito pedagógico que pode provocar a adesão dos mais conservadores ao trabalho coletivo posterior, ou pelo menos que mantenha alguma forma de cooperação nos assentamentos.

¹⁰ Segundo Zibechi, “el MST combina aspectos que niegan la sociedad capitalista con otros que la reproducen. Es imposible que un movimiento represente la negación absoluta, la inversión total, de la sociedad en la que está inmerso. Las continuidades se cuelan a menudo en las características de la estructura organizativa (...), en los estilos más o menos verticales de dirección, en la escasa o baja participación de los miembros, en el autoritarismo interno, en la cultura que emite un movimiento o partido, sus vínculos con las instituciones y un largo etc. La peculiaridad del MST es que encarna una ruptura mucho mayor con la sociedad actual que otros movimientos. O, dicho de otro modo, que lo nuevo tiene un peso mayor y más decisivo que lo viejo” (Zibechi, 1999, p. 82).

¹¹ Referirimo-nos à pesquisa que realizamos junto ao movimento piqueteiro argentino “La Verón”, entre os anos de 2001 e 2003.

¹² Eles questionam, portanto, “las relaciones sociales alienantes en la producción (es decir [questionam] la difusión social de la producción y la lógica mercantil en todos los planos) que se manifiestan de modo concreto en el plano intersubjetivo, mucho más que las relaciones de producción” [grifos do autor] (Mazzeo, s/d., p. 8).

¹³ O movimento piqueteiro “La Verón” se apresenta da seguinte forma ao procurar se diferenciar dos demais movimentos piqueteiros: “Para que esa sociedad que deseamos sea posible, tenemos que empezar a practicarla desde ahora. Todos los días organizando nuestro trabajo, nuestras actitudes, nuestras relaciones, con dignidad, justicia y igualdad. A mal puerto van a dar las experiencias que depositan sus ideales en futuros tan puros como remotos, que se contradicen con prácticas cotidianas donde prima la soberbia, las jerarquías y el desprecio al prójimo (MTD “Aníbal Verón”, 2003a, p. 2).

¹⁴ Tivemos a oportunidade de acompanhar um dos cursos de formação política promovido pelos movimentos de Almirante Brown, Lanús e Quilmes, em maio de 2003. A maioria dos participantes, entre 20 e 30, era de pessoas simples, com pouca ou média escolaridade. Havia crianças, adolescentes, mulheres e homens de diversas faixas etárias, embora predominasse um público mais jovem (entre 17 e 25 anos).

¹⁵ É interessante notar a forte presença de mulheres piqueteiras. Em conversa com várias delas e indagadas sobre o fato de serem maioria, explicaram que os homens, em geral, têm dificuldades para participarem do movimento, pelo menos num primeiro momento. Eles se sentiam culpados pela situação de desemprego e, em função disso, as mulheres foram assumindo a luta. Com o passar de alguns anos, os movimentos foram conquistando algumas vitórias e muitos deles acabaram se integrando ao movimento. Além disso, as mulheres tiveram mais facilidades para a luta piqueteira porque, ao contrário da maioria dos homens que saía para trabalhar nas fábricas, “viviam” mais o bairro, cuidavam dos filhos, conheciam os vizinhos, as escolas, o comércio local etc.

¹⁶ É importante ressaltar que o capital não se abstém da disputa territorial. Ao contrário, todo o processo que possibilita a construção ideológica de identidade coletiva é disputado pelo capital.

¹⁷ Sobre a base social do MST, consultar GERMER (2002).